

HABEAS CORPUS Nº 491.852 - CE (2019/0032808-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : OSEAS DE SOUSA RODRIGUES FILHO E OUTROS
ADVOGADOS : OSEAS DE SOUZA RODRIGUES FILHO - CE021600
DAYVIDIANE NOGUEIRA DE LIMA - CE029622
FRANCISCO ITALO OLIVEIRA RAMOS - CE028630
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : EMANUEL DOS SANTOS SILVA (PRESO)

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO DO *HABEAS CORPUS* NA ORIGEM. CONCESSÃO DA ORDEM PARA SOLTURA DO PACIENTE. PERDA DO OBJETO.

Habeas corpus prejudicado. Cassada a liminar deferida.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de **Emanuel dos Santos Silva** em que se aponta constrangimento ilegal no indeferimento do pedido liminar feito no HC n. 0620333-18.2019.8.06.0000, em curso no Tribunal de Justiça do Ceará, e consequente manutenção da prisão preventiva do paciente pela suposta prática do crime de tráfico de drogas.

Postula-se, inicialmente, a superação do óbice da Súmula 691/STF, porquanto o decreto prisional carece de fundamentação concreta a justificá-lo.

Requer-se, ao final, a concessão liminar da ordem para revogar a prisão preventiva, com a expedição de alvará de soltura.

Em 5/2/2019, deferi a liminar para que o acusado pudesse aguardar em liberdade o julgamento final do presente *writ*, sem prejuízo da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, fundamentadamente, pelo Magistrado singular ou da superveniência do esgotamento das instâncias ordinárias (fls. 88/89).

Informações prestadas às 95/99.

O Ministério Público Federal emitiu parecer pelo não conhecimento do *habeas corpus* (fl. 101).

É o relatório.

Pelas informações prestadas às fls. 95/99, tem-se a notícia de que o mérito do *habeas corpus* na origem foi julgado e concedida a ordem para soltura do paciente.

Assim, diante de substancial alteração fática, **julgo prejudicado** o *writ* (arts. 659 do CPP, 38 da Lei n. 8.038/1990 e 34, XI, do RISTJ), cassando-se a liminar anteriormente deferida.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

